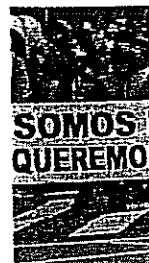


Motoboys protestam no Centro contra fiscalização



A manifestação foi da Paulista e acabou na porta da Prefeitura. Os motoqueiros reclamam que não têm dinheiro para comprar motos novas, como exige a regulamentação

CAMILLA HADDAD

Aos gritos de "queremos trabalhar" e erguendo capacetes e faixas, cerca de 100 motoboys protestaram ontem contra a prefeita Marta Suplicy. Ela regulamentou no fim do ano passado o serviço de motofrete, que passa a ser fiscalizado a partir de amanhã. A manifestação teve início às 10h no vão livre do Masp e terminou na porta da Prefeitura, no Centro.

A Polícia Militar acompanhou todo o trajeto. Os motoboys ocuparam duas faixas das vias. O grupo, que deixou a Avenida Paulista às 10h30, passou pela Avenida Consolação, ruas Xavier de Toledo, Wenceslau Braz e Boa Vista, viadutos Maria Paula e Dona Paulina, até chegar ao Vale do Anhangabaú, onde foram recebidos por um representante da Secretaria de Governo.

Segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), às 9h foram registrados 83 quilômetros de congestionamento. O número, porém, não pode ser considerado acima ou abaixo da média, pois a companhia está sem comparativo.

Sindicato nega participação

De acordo com Aldemir Martins de Freitas, o Alemão, presidente do Sindicato dos Motoboys e Motofretes de São Paulo, os motoqueiros que participaram da manifestação não são ligados ao sindicato. "São pessoas de fora, ligadas a algum movimento político", disse. Alemão completou que o sindicato é favorável à fiscalização.

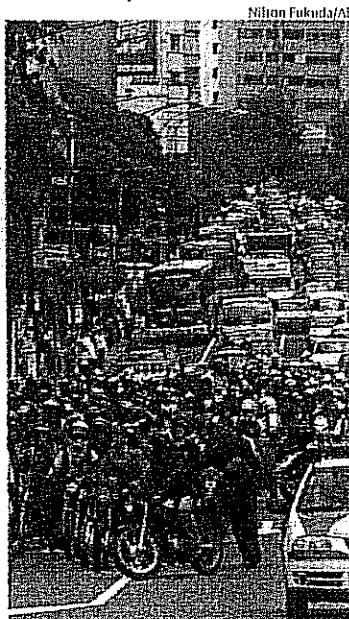
Segundo Ronaldo dos Santos, de 28 anos, motoboy há 10, a fiscalização vai causar prejuízo para a categoria. "Muitos de nós não têm condições de comprar novas motos co-

Para o presidente do sindicato, Aldemir Martins de Freitas, a manifestação de ontem foi política

mo a prefeitura quer. A minha é uma moto simples, porque já fui roubado duas vezes."

Cleber William Santos, de 27 anos, reclamou que a maioria dos motoboys não sabia da medida e muitos ainda ficarão excluídos por serem ex-presidiários. "Quer dizer que não temos chance de trabalhar", perguntava. Segundo Alemão, não será feita qualquer exclusão com ex-presidiários. "A pessoa poderá se cadastrar sim, desde que não tenha multas pendentes ou seja procurado pela Justiça."

O cadastramento de motociclistas que trabalham pode ser feito por tempo indeterminado. Todos os profissionais da Capital que ainda não se cadastraram – ou que têm o cadastro anterior a 9 de dezembro – precisam ir ao Departamento de Transportes Público (DTP), na Rua Joaquim Carlos, 655, Pari, ou acessar o site www3.prefeitura.sp.gov.br/smt/cadastramento-basico. Serão cobradas taxas a partir de R\$ 42 para cada cadastro.



O grupo começou o protesto pela Paulista e seguiu para o Centro